

1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA -**
2 **CEAS/SC.** Aos dezoito dias do mês de outubro de 2022, de forma híbrida por
3 videoconferência e presencialmente na sala web da SDS/SC, foi realizada Reunião
4 Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina -
5 CEAS/SC, gestão 2021-2023. A Reunião Plenária contou com a participação das/os
6 **CONSELHEIRAS/OS TITULARES E SUPLENTES REPRESENTANTES DAS**
7 **ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular Luciane Natalícia dos
8 Passos, Conselheira Suplente Magna Andreia Oliveira de Paula, Conselheira Titular
9 Sabrina Mores, e Conselheiro Suplente Marcio Vieira Bittencourt da Secretaria de
10 Estado do Desenvolvimento Social – SDS; Conselheira Titular Judite da Silva Mattos da
11 Silva e Conselheiro Suplente Daniel Dall’Igna Ecker representantes da Secretaria de
12 Estado da Educação – SED; Conselheira Suplente Janete Grobe do Prado Bott
13 representante da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativo -
14 SAP, Conselheira Titular Karen Domingues do Instituto Estadual de Previdência –
15 IPREV e Conselheiro Suplente Irineu Frederico Borges da Fundação Catarinense de
16 Educação Especial – FCEE. **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTES**
17 **REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:** Conselheira
18 Titular Presidenta Norma Suely de Souza Carvalho representante do Lar Fabiano de
19 Cristo; Conselheira Titular Lisiane Bueno da Rosa representante do Centro Integração
20 Empresa Escola de Santa Catarina – CIEE/SC; Conselheiro Titular Jairton Fabeni
21 Domingos representante da Escola de Cães Guias Helen Keller; Conselheira Suplente
22 Larissa Libert Gerônimo representante da Federação das APAES de SC; Conselheira
23 Titular Vânia Maria Machado representante da Central Única dos Trabalhadores de
24 Santa Catarina – CUT SC; Conselheiro Titular Alexandre Deucher representante do
25 Fórum Estadual dos Usuários do SUAS – FEUSUAS e Conselheiro Titular Daniel Paz
26 representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR.
27 Participantes convidados presenciais – Gerente Estadual da Proteção Social Especial
28 de Média Complexidade – Gabriella Dornelles Chagas Pereira. **1. Levantamento do**
29 **quórum regimental.** Quórum presente de 14 conselheiros(as) em situação de
30 titularidade. **2. Posse Conselheiros(as) do CEAS/SC gestão 2021/2023.** Não
31 acontecerá a posse, pois as substituições de conselheiros(as) ainda não foram
32 publicadas no DOE. Após cumprimento do levantamento do quórum - **3. Leitura das**
33 **justificativas ausentes:** Conselheira Iracema informa que precisou se ausentar devido
34 a demanda de trabalho, informou a presença do suplente Irineu. Conselheira Rosângela
35 Castro justifica ausência por demandas no trabalho. Presidenta Norma coloca em
36 aprovação justificativas do dia, lidas pela Secretária Executiva SE Patrícia.
37 **Justificativas aprovadas por unanimidade.** Dando sequência à plenária Presidenta
38 Norma faz leitura do Edital de Convocação. **4. Leitura e Aprovação da Ordem do Dia;**
39 **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 18 DE**
40 **OUTUBRO DE 2022.** De acordo com o Regimento Interno do Conselho Estadual de
41 Assistência Social – CEAS/SC, a Presidenta do Conselho, no uso de suas atribuições
42 regimentais, **convoca as/os Conselheiras/os Titulares e convida as/os**
43 **Conselheiras/os Suplentes** para a **REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 18 de**
44 **outubro de 2022, terça-feira, com início às 13h15min em primeira convocação e às**
45 **13h30min em segunda convocação, com previsão de término para as 18h, de**
46 **forma HÍBRIDA - POR VIDEOCONFERÊNCIA e PRESENCIALMENTE NA SALA**
47 **WEB DA SDS/SC,** para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** **1.**
48 **Levantamento do quórum Regimental;** **2.** **Aprovação das justificativas das/os**
49 **Conselheiras/os ausentes;** **3.** **Leitura e Aprovação da Ordem do Dia;** **4.** **Aprovação das**
50 **Atas:** a. Reunião Plenária do dia 15 de fevereiro de 2022; b. Reunião Plenária do dia 15
51 de março de 2022; c. Reunião Plenária do dia 19 de abril de 2022; d. Reunião Plenária
52 do dia 17 de maio de 2022; e. Reunião Plenária Extraordinária de 14 de junho de 2022;
53 f. Reunião Plenária do dia 21 de junho de 2022; g. Reunião Plenária Extraordinária de
54 08 de julho de 2022; h. Reunião Plenária do dia 27 de julho de 2022; i. Reunião Plenária
55 do dia 16 de agosto de 2022 e j. Reunião Plenária do dia 26 de outubro de 2022. **5.**

56 Comissões do CEAS/SC; a. Recomposição: b. Relato das Comissões: - **Comissão**
57 **Política** - I – Plano de Regionalização da Média Complexidade. - **Comissão de Normas**
58 - I – Lei e Regimento Interno. - **Comissão de Benefícios e Transferência de Renda** -
59 I - Análise da resolução 04/2020 que regulamenta os Benefícios Eventuais com
60 participação da Técnica da Gestão, Amanda. - **Comissão de Acompanhamento aos**
61 **CMAS** - I – Capacitação; II – Planejamento Capacitações com FEUSUAS 2023; II –
62 Demais demandas da comissão. - **Comissão de Financiamento** - I – Prestação de
63 contas FEAS 2º Semestre de 2018; II – Prestação de contas FEAS 2º Semestre de
64 2019; III – Prestação de contas FEAS 2020. **6.** Relato dos Conselheiros que
65 acompanharam a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; **7.** Relato da
66 Secretaria Executiva que participaram da Capacitação para Secretárias/os
67 Executivas/os de CEAS promovida pelo FONACEAS; **8.** Informes: - Contribuição de
68 temas e metodologia para a conferência 2023 – Norma. Florianópolis, 10 de outubro de
69 2022. **Norma Suely de Souza Carvalho.** Presidenta do CEAS/SC. Presidente Norma
70 questiona se alguém tem alguma inclusão ou supressão de pauta, após contribuições
71 de integrantes da sociedade civil e da Secretaria Executiva do CEAS, pauta ficou assim
72 aprovada: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 18**
73 **DE OUTUBRO DE 2022. De acordo com o Regimento Interno do Conselho Estadual**
74 **de Assistência Social – CEAS/SC, a Presidenta do Conselho, no uso de suas**
75 **atribuições regimentais, convoca as/os Conselheiras/os Titulares e convida as/os**
76 **Conselheiras/os Suplentes para a REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 18 de**
77 **outubro de 2022, terça-feira, com início às 13h15min em primeira convocação e às**
78 **13h30min em segunda convocação, com previsão de término para as 18h, de**
79 **forma HÍBRIDA - POR VIDEOCONFERÊNCIA e PRESENCIALMENTE NA SALA**
80 **WEB DA SDS/SC, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:**
81 **1.Levantamento do quórum Regimental; 2.Aprovação das justificativas das/os**
82 **Conselheiras/os ausentes; 3.Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; 4.Termo de Posse;**
83 **5. Ata de Fevereiro de 2022; 6. Comissões do CEAS/SC; a. Recomposição: b. Relato**
84 **das Comissões: - Comissão Política** - I – Plano de Regionalização da Média
85 **Complexidade. II. Demanda – Solicitação de atualização do quadro do RH DIAS e**
86 **estudo de necessidade de recomposição. - FEPAS solicita o estudo atualizado do RH**
87 **da DIAS – o que existe hoje e qual seria o ideal. - Comissão de Normas - I – LGPD; II**
88 **– Lei e Regimento Interno. - Comissão de Benefícios e Transferência de Renda - I -**
89 **Análise da resolução 04/2020 que regulamenta os Benefícios Eventuais com**
90 **participação da Técnica da Gestão, Amanda. - Comissão de Acompanhamento aos**
91 **CMAS** - I – Capacitação; II – Planejamento Capacitações com FEUSUAS 2023; II –
92 Demais demandas da comissão. - **Comissão de Financiamento. I - Diária dos**
93 **Conselheiros; II – Prestação de contas FEAS 2º Semestre de 2018; III – Prestação de**
94 **contas FEAS 2º Semestre de 2019; IV – Prestação de contas FEAS 2020. 7.Plano do**
95 **Capacita SUAS. Apresentar status do Capacita SUAS. 8.Relato dos Conselheiros que**
96 **acompanharam a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; Rosangela fará o**
97 **relato na plenária de novembro. 9. Relato da Secretaria Executiva que participaram da**
98 **Capacitação para Secretárias/os Executivas/os de CEAS promovida pelo FONACEAS;**
99 **10. Informes: I - Contribuição de temas e metodologia para a conferência 2023 – Norma.**
100 **II - FEPAS vai agendar reunião com o MP para acompanhamento da denúncia.**
101 **Florianópolis, 18 de outubro de 2022. Norma Suely de Souza Carvalho -**
102 **Presidenta do CEAS/SC. Dando sequência Norma encaminha o ponto de pauta**
103 **da posse de novas conselheiras. 4.Termo de Posse; - Diretora Luciane Natalícia dos**
104 **Passos, em nome do Excelentíssimo Governador Carlos Moisés da Silva e em nome do**
105 **Senhor Secretário Estadual do Desenvolvimento Social João Batista Costa emposso**
106 **nesse momento as Conselheiras da CEAS que terão seus nomes lidos pela Secretária**
107 **Executiva Patrícia Gasparetto da Silva - TERMO DE POSSE DAS/OS**
108 **CONSELHEIRAS/OS DO CEAS/SC - GESTÃO 2021-2023.** Aos 18 dias do mês de
109 outubro do ano de dois mil e vinte dois, em conformidade com a lei estadual nº 10.037,
110 de 26 de dezembro de 1995, alterada pela lei estadual nº 16.340, de 21 de janeiro de

111 2014 se reuniram de forma híbrida - virtual e presencial, para tomar posse como
112 membras/os do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC,
113 os/as representantes Governamentais e da Sociedade Civil, titulares e suplentes,
114 nomeados/as por Ato Governamental. Os/as empossados/as na função pública de
115 caráter relevante, diante da Diretora Estadual de Assistência Social, Luciane Natalicia
116 dos Passos, nesse ato representando o Excelentíssimo Secretário de Estado do
117 Desenvolvimento Social Senhor JOÃO BATISTA COSTA, diante dos Conselheiros do
118 CEAS/SC representantes das Secretarias Estaduais, dos/as usuários/as e de
119 organizações de usuários/as, entidades e organizações dos trabalhadores do Sistema
120 Único da Assistência Social - SUAS e as entidades e organizações da Assistência Social,
121 prometem assumir o compromisso de bem desempenhar o mandato que ora lhes é
122 outorgado, atendendo às determinações legais e do Regimento Interno, com zelo e
123 dedicação nas atribuições deferidas. Segmento Governamental - Secretaria de Estado
124 do Desenvolvimento Social – SDS - Magna Andreia Oliveira de Paula, Conselheira
125 Suplente. Secretaria de Estado de Administração Prisional e Sócioeducativo – SAP -
126 Janete Grobe do Prado Bott - Conselheiro Suplente. Presidente Norma deseja boas-
127 vindas à Conselheira Norma e boa sequência nos trabalhos para a Conselheira Janete
128 que deixa de ser titular e passa a ser suplente da SAP. Passa a fala para Magna que
129 agradece a oportunidade de retornar ao CEAS onde já foi conselheira em outro
130 momento, se dispõe a contribuir para o controle social da política de Assistência Social.
131 Conselheira Janete se manifesta informando que a técnica Silvia assumirá como titular,
132 não pode participar na plenária de hoje devido a problemas de saúde, e agradece por
133 mais um período de contribuição ao CEAS, mesmo na suplência, se coloca a disposição
134 para o que for necessário. Posse encerrada, Presidente informa próximo ponto de pauta.
135 **5. Ata de fevereiro de 2022;** Secretária Patrícia informa que a mesma foi enviada para
136 pré-leitura, Presidente Norma pergunta se alguém tem alguma contribuição, dúvidas,
137 observações. Diante de nenhuma manifestação a mesma coloca em aprovação a
138 referida ata. **Ata aprovada por unanimidade. 6. Comissões do CEAS/SC; a.**
139 **Recomposição:** Conselheira Magna se prontifica a fazer parte da Comissão de Normas
140 e Conselheiro Alexandre passa a fazer parte da Comissão de Acompanhamento aos
141 Benefícios e Transferência de Renda. Ainda sobre Comissões, Patrícia alerta que será
142 necessário deliberarmos na plenária de novembro a Resolução que nomeia a Comissão
143 Eleitoral da Sociedade Civil para a gestão 2023/2025 para darmos início ao processo
144 eleitoral o quanto antes, considerando que a posse será no dia 06 de junho de 2023.
145 Conselheiro Jairton Fabeni se prontifica a ser membro da Comissão, pois não poderá
146 mais ser candidato. Dando sequência, **b. Relato das Comissões: - Comissão Política -**
147 **I – Plano de Regionalização da Média Complexidade.** De antemão SE Patrícia explica
148 que a Resolução da CIB que pactuou a Regionalização foi estudada pela Comissão de
149 Política sendo as dúvidas e observações enviada à gerente Gabriela e aos demais
150 Conselheiros para terem conhecimento antes da Plenária. **Registro Comissão de**
151 **Política** - - Na resolução de deliberação do CEAS, lembrar de substituir a redação
152 presente no artigo 2 da resolução da CIB – *Art. 2º. A execução do Plano terá início a*
153 *partir de 2023, de acordo com a disponibilidade financeira. Inserir na nossa Resolução:*
154 *“disponibilidade orçamentária e financeira”.* - Citar nos considerandos da nossa
155 Resolução, a Resolução do CEAS que aprovou a expansão em 2014. - Não
156 identificamos no texto do plano a garantia de previsão orçamentária no PPA e LOA,
157 havendo a previsão no PPA, apresentar o valor. - Comissão entende que há a
158 necessidade de apresentação do Plano de Aplicação do Plano de Regionalização. Plano
159 detalhado com cronograma, responsabilidades e como será utilizado o recurso para
160 cada ação. - Sentimos ausência de maior descrição dos itens: **funcionamento, ações,**
161 **objetivos, provisões, metas** e recursos no decorrer do texto. Assim como foi citado
162 que foram apresentados na CIB. - Forma de contratação – está previsto no Plano um
163 Processo Seletivo. Existe a possibilidade de futuramente termos a previsão de Concurso
164 Público? - Existe a garantia de carro adaptado para atendimento do público alvo do
165 CREAS? - Tem a previsão de assessoramento técnico do Estado às equipes dos

166 CREAS regionalizados, quem compõe essa equipe hoje? - A previsão de atendimento
167 de famílias/indivíduos por equipe de referência está de acordo com NOBRH. - Existe
168 algum planejamento específico para atingir cada objetivo do plano? A pergunta se dá,
169 pois, o CEAS gostaria de saber se já tem algo pensado para o seguinte objetivo: “Auxiliar
170 na promoção a educação permanente aos trabalhadores do SUAS em SC, bem como
171 aos conselheiros da Assistência Social, de forma regionalizada; ” - Comissão entende
172 que há necessidade de mais esclarecimentos sobre as equipes de referência, tanto a
173 que estará no CREAS Regionalizado, quanto as que estarão nos municípios
174 referenciados. Quem custeará cada equipe, todos receberão apoio técnico da equipe
175 da Média Complexidade do Estado? Dos 295 municípios de SC apenas 94 possuem
176 CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Dois terços da
177 população não têm acesso ao CREAS, residem na sua grande maioria em municípios
178 PPI e PPIL, que segundo a legislação vigente, não possuem a obrigatoriedade de ter o
179 equipamento. A demanda de violação de direitos acaba sendo atendida por uma equipe
180 do município sem o equipamento. A LOAS, NOBSUAS trazem que diante desse cenário
181 deve-se ser ofertar CREAS Regionalizados com coparticipação Estado e municípios
182 que não possuem equipamento próprio. Gabriela reforça que apresentará o Plano de
183 Regionalização ao mesmo tempo que responde os questionamentos da Comissão.
184 Explica que a regionalização é algo que vinha sendo pensando e construindo pela
185 equipe da DIAS há anos. Apresenta o resultado do diagnóstico realizado junto aos
186 municípios, onde mostra os seguintes itens: Panorama geral das violações de direitos
187 em SC por macrorregião socioassistencial em 2021; Onde não há equipe da Proteção
188 Social Especial para atender demandas de violação de direitos? Percentual de
189 municípios que não possuem equipe exclusiva para atendimento da Proteção Social
190 Especial no órgão gestor por macrorregião socioassistencial em 2021; Diante do
191 diagnóstico a equipe elencou um ranking das macrorregiões para iniciar a
192 regionalização, de acordo com critérios pré-estabelecidos. A escolha por iniciarem com
193 o projeto piloto pela região sul, que ficou em segundo lugar no ranking, foi porque é a
194 região mais próxima da sede da SDS, e diante da defasagem de técnicos da Secretaria
195 isso precisa ser levado em consideração. Também prevê a metade de CREAS regionais
196 do que a que ficou em 1º lugar que foi a macrorregião oeste. Gabriela explica que de
197 acordo com a Resolução do CNAS – era necessário optar entre as 2 formas de
198 execução da Regionalização: 1º repasse dos recursos financeiros para o município
199 executar o Serviço de CREAS regionalizado e 2º é o Estado como principal executor do
200 Serviço. A equipe técnica do Estado, após análises e considerações, optou pela
201 segunda forma. Não haverá repasse de recurso do Estado para o município. O Estado
202 ficará responsável pela construção do CREAS regionalizado, pela equipagem do
203 mesmo e pela equipe técnica. Terá a contrapartida do município, será um plano
204 coparticipativo. Gabriela explica, que diante das condições existente no estado a
205 proposta inicial será Processo Seletivo para compor a equipe técnica do CREAS
206 regionalizado. Não deixando de vista a solicitação do Concurso Público para todos os
207 equipamentos regionalizados. Importante destacar que o maior problema nos
208 encontrados nos municípios atualmente é o RH, custo alto e ausência de concurso.
209 Todos os municípios que quiserem ser CREAS regional terão que ter um técnico de
210 referência da Proteção Social Especial na sua gestão. Conselheiro Daniel manifesta
211 preocupação com a superlotação dos CREAS diante do fechamento dos equipamentos
212 Centro POP. Relata as dificuldades da população em situação de rua, imigrantes, entre
213 outros em acessar os serviços devido a alta demanda. Sugere mobilização para reativar
214 os equipamentos que foram fechados. Equipamentos da Assistência Social e da
215 Segurança Alimentar. Gabriela explica que a efetivação dos CREAS regionalizados é
216 justamente para tentar minimizar as demandas represadas nos municípios que não
217 possuem o equipamento. Conselheiro Alexandre informa que já tinha acompanhado a
218 apresentação do Regionalização na reunião da CIB de Ituporanga onde identificou um
219 sentimento de “missão cumprida” por todos os presentes, no entanto, Ihe trouxe duas
220 preocupações: primeiro o concurso público, entende que é necessário ter a garantia da

221 existência de uma equipe concursada no equipamento. A segunda preocupação é em
222 relação ao imóvel, o ideal seria comprado ou cedido, sem pagamento de aluguel.
223 Gabriela informa que concorda com a fala do Alexandre sobre o concurso público, no
224 entanto explica que devido aos prazos da pactuação de efetivar o Plano Piloto com início
225 em janeiro de 2023, não seria possível a efetivação de concurso público, sendo que
226 quando sair o mesmo ele vai prever equipe para todos os CREAS regionalizados, por
227 isso a importância de implementar o Plano Piloto para a realização de avaliação da
228 execução. Também explica que teriam duas formas de viabilizar os CREAS: ou por meio
229 da construção do equipamento, ou através do aluguel. Pensando em iniciar o quanto
230 antes, optou-se por iniciarem com a modalidade de aluguel. Sendo que terão um
231 Contrato de Cooperação Técnica com os municípios onde terão alguns itens
232 relacionados a esse ponto. Enfatizou que cada cede de CREAS regionalizado terá sua
233 característica, sua especificidade, por isso a importância do contrato citado
234 anteriormente. Conselheira Vania, reforça a questão do concurso público. Acha
235 complicado aprovar um plano sem perspectiva de concurso público, num desenho
236 provisório. Já temos um reflexo grande na SDS devido a ausência de RH, que acaba
237 refletindo na execução da Política de Assistência Social, assim como do controle social.
238 Gostaria de ter clareza da fonte de recurso para o processo seletivo, se os técnicos
239 serão morados dos municípios, informa que de antemão, com esse desenho em relação
240 ao processo seletivo, seu posicionaria seria de não aprovação. Presidente Norma
241 questiona se o Plano foi aprovado/pactuado na CIB? Sua dúvida é se ele veio ao CEAS
242 somente para apresentação ou para deliberação? Conselheira Luciane afirma que a
243 demanda veio para o Conselho para deliberação, a mesma reforça que em relação ao
244 RH do Serviço ela sempre deixou claro ao Secretário que sem a composição de equipe
245 não seria possível executar o plano piloto, quiçá o restante do plano de regionalização
246 no estado. Desta forma, foi orientado que por uma questão de tempo hábil e burocracias
247 o ideal era iniciar o plano piloto com Processo Seletivo. Conselheira Norma se manifesta
248 corroborando com as preocupações referente à equipe, mas para além disso, questiona
249 quais são as garantias efetivas de execução do Plano diante das mudanças com a nova
250 gestão. Conselheira Luciane esclarece que a questão financeira está confirmada para
251 a execução do Plano, já está previsto no valor confirmado pela Secretaria da Fazenda.
252 Diante da confirmação do recurso para o Piloto e da pactuação com os municípios do
253 Plano, entendemos que o próximo gestor terá que iniciar a execução. Conselheiro
254 Jairton Fabeni se manifesta concordando que é necessário deliberar constando o
255 concurso público, já deixar alinhado para que em 2023 já se inicie com a execução.
256 Conselheira Luciane entende que após 10 anos de estudo da Regionalização, a
257 importância de termos as duas Resoluções positivas, tanto da CIB como do CEAS,
258 darão força para a gestão estadual iniciar a execução do Plano, se houver um
259 posicionamento negativo do CEAS não será possível a cobrança de execução da gestão.
260 Por isso a importância do Conselho, entende que é necessário todos terem clareza dos
261 passos e sugerirem modificações, mas entende que temos que caminhar todos para a
262 execução do Plano. Conselheira Norma entende da mesma forma a questão de peso
263 das Resoluções da CIB e CEAS, mas entende ser viável a aprovação do Plano somente
264 com a previsão de concurso público para as equipes. Conselheira Janete se manifesta
265 parabenizando a gestão iniciar efetivamente a execução do Plano, acredita que o
266 processo seletivo será um degrau para o concurso público, corrobora com a fala do
267 Daniel Paz sobre a preocupação da demanda da População em Situação de Rua.
268 Conselheira Sabrina se manifesta dizendo que seria importante avaliarmos a
269 possibilidade de fazermos sim o projeto piloto com processo seletivo, justamente por ser
270 piloto acredita que não seria possível concurso público, após avaliações da sua
271 execução onde poderemos ser mais assertivos no número de profissionais para cada
272 equipamento, entende ser imprescindível concurso público como os demais
273 conselheiros. Conselheira Vania entende que até podemos considerar o que falou
274 Sabrina para o plano piloto da região sul, mas isso não impede que coloquemos
275 concurso público para o Plano em geral, inclusive indicando prazos. Gabriela explica

276 que o plano piloto foi pensado exatamente com esse cenário, pois não conseguiríamos
277 iniciar o mesmo sem equipe, concurso público é um processo burocrático e longo,
278 processo seletivo dá celeridade, mas nunca foi intenção esquecer do concurso que será
279 previsto pro Plano em geral. Lembra que foi pactuado a Regionalização da Média
280 Complexidade, mas que futuramente será apresentado a Regionalização da Alta
281 Complexidade que está em fase de desenho do Plano, além disso é preciso recompor
282 a equipe da Diretoria de Assistência, acredita que o concurso público tenha que vir pra
283 contemplar todo esse cenário. Sobre a efetivação das próximas etapas do plano, tudo
284 vai depender do tempo de execução do piloto, mas acredita que após 10 meses do início
285 do piloto poderão iniciar a execução da próxima região. Conselheiro Irineu sugere prever
286 no Plano processo seletivo e concurso público. Conselheira Larissa reforça que os
287 questionamentos da Comissão se referem muito mais a um Plano de Ação do Plano de
288 Regionalização, questiona se esse será apresentado em algum momento. Gabriela
289 responde que será realizado um documento adicional ao Plano, que para ser elaborado
290 é necessário ter acesso ao documento da LOA aprovado. Existem prazos burocráticos
291 que teremos mais conhecimento com a execução do piloto. Dando sequência Vania
292 pergunta se o técnico/equipe de referência do município cede, seria só o da cede, ou
293 todos os municípios que compõe a região teriam que ter essa equipe de referência?
294 Precisa ficar claro nos Termos de Cooperação Técnica. Gabriela informa que a
295 solicitação é uma equipe técnica de referência exclusiva para a Proteção Social Especial.
296 Todos os municípios referenciados ao CREAS regional terão que ter essa equipe de
297 referência. Gabriela segue a apresentação e já responde um questionamento da
298 Comissão de que o veículo será de responsabilidade do município. Geralmente são 8
299 municípios referenciados ao CREAS Regional, terá que ter um veículo para a execução
300 do Serviço adaptada para todas as pessoas público dos serviços do CREAS. Alexandre
301 acredita que será um processo que não entende ser fácil, mas diante da pactuação dos
302 municípios, entende que todos estão cientes. Inclusive referente aos municípios que
303 foram escolhidos cede dos equipamentos. Gabriela informa que com a região sul do
304 plano piloto já teve reunião, e os demais também já estão cientes diante da
305 apresentação realizada na CIB. Conselheira Larissa cita mais uma preocupação da
306 Comissão, é sobre a equipe do Estado que dará suporte aos equipamentos
307 regionalizados, tem previsão da composição de uma equipe, considerando que
308 atualmente só tem uma gerente. Gabriela corrobora com a preocupação e informa que
309 logo que chegue o próximo gestor será realizada reunião pra tratar da solicitação de
310 composição dessa equipe. Conselheira Vania sugere ser importante já definir a próxima
311 região para a execução do Plano de Regionalização, dizendo que não poderia deixar de
312 ser a Região Oeste, Gabriela responde que já é a próxima o ranquink. Dando sequência
313 explica que o plano de regionalização prevê o RH constante na NOBRH SUAS e as
314 orientações dos cadernos específicos dos Serviços. Importante citar que a cede do
315 CREAS Regionalizado conta com cede de Comarca no município. Explica que
316 organizou a divisão de municípios nos CREAS Regionais considerando a divisão das
317 Associações de Municípios, quando possível. Considerando que não ultrapassará 2h de
318 deslocamento entre os municípios referenciados e os CREAS Regionais. Dá sequência
319 apresentando os mapas com a localização dos CREAS Regionalizados e os municípios
320 que serão referenciados. Conselheira Vania questiona respeitaremos a Resolução do
321 CNAS 31 de 2013, no que diz respeito do cofinanciamento, considerando que a primazia
322 será pela fonte 110. Conselheira Luciane explica que sim, pois existe a expectativa de
323 abertura de nova expansão, estaremos já na frente, pois já estaremos executando. Será
324 financiamento estadual com contrapartida do município. Vania fala sobre o parâmetro
325 de 80.000 (oitenta mil) pessoas por equipamento, de 4 até 8 municípios referenciados.
326 Gabriela informa que tem estados que ultrapassaram os 8 municípios foi por
327 necessidades, fizeram resoluções próprias adaptando. Gabriela segue apresentação e
328 explica que acontecerá de um município do Estado possuir um CREAS Regional mesmo
329 já tendo um CREAS municipal, pois o mesmo preenche todos os requisitos para sediar
330 a regionalização do serviço. Conselheira Larissa reforça a importância do carro

331 adaptado para todo o público usuário dos Serviços do CREAS Regional, assim como a
332 apresentação do Plano de Ação das etapas de regionalização do Plano Piloto e demais
333 etapas ao CEAS/SC. Conselheiro Daniel Paz manifesta preocupação com a população
334 em situação de rua, pois não consegue visualizar técnicos fazendo o traslado dessa
335 população, com o carro do equipamento, para o CREAS Regional, são preconceitos
336 existentes que limitam o atendimento desse público. Conselheira Vania reforça que é
337 importante fazer um processo de mobilização e esclarecimento da população para todos
338 terem clareza da diferença dos equipamentos. Reforça a preocupação com a
339 composição da equipe considerando o deslocamento que terão que fazer entre os
340 municípios e a carga horária de trabalho. Gabriela explica que o Processo Seletivo vai
341 prever equipes para 30hs semanais, tendo que ter mais de uma equipe por equipamento,
342 disponibilidade para viajar, sendo que já estará descrito para qual região será a lotação,
343 com o seu município cede. Encerrando a apresentação e os questionamentos dos(as)
344 Conselheiros(as) foi finalizada a redação da Resolução de acordo com o que segue:
345 **RESOLUÇÃO CEAS/SC Nº 14 DE 18 DE OUTUBRO DE 2022** - Aprova a pactuação
346 da Resolução da CIB 04 de 2022 que dispõe sobre o Plano de Oferta Regionalizada
347 dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema
348 Único de Assistência Social - SUAS em Santa Catarina. **O Conselho Estadual de**
349 **Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC**, em Reunião Plenária Ordinária de
350 18 de outubro de 2022, no uso das competências e das atribuições que lhe são
351 conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência
352 Social – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Estadual
353 nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a organização da assistência
354 social no Estado e institui o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SC;
355 **CONSIDERANDO**, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de
356 Assistência Social – LOAS, em especial: o inciso II do art. 13 que dispõe sobre a
357 competência do Estado cofinanciar, por meio de transferência automática, o
358 aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência
359 social em âmbito regional ou local; **CONSIDERANDO**, a Resolução nº 145, de 15
360 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS que aprova
361 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS; **CONSIDERANDO**, a
362 Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência
363 Social CNAS que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de
364 Assistência Social NOB/SUAS; **CONSIDERANDO**, a Resolução nº 269, de 13 de
365 dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS que aprova
366 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH/SUAS;
367 **CONSIDERANDO**, a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho
368 Nacional de Assistência Social – CNAS que aprova a Tipificação Nacional de
369 Serviços Socioassistenciais; **CONSIDERANDO**, a Resolução nº 31, de 31 de
370 Outubro de 2013, do CNAS, que aprova princípios e diretrizes da regionalização no
371 âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; **CONSIDERANDO**, a
372 Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, do CNAS, que ratifica a equipe de
373 referência definida pela NOBRH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de
374 nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais e das
375 funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social SUAS;
376 **CONSIDERANDO**, a Resolução nº 17, de 3 de outubro de 2013, da Comissão
377 Intergestores Tripartite – CIT, que dispõe sobre Princípios e Diretrizes da
378 Regionalização no Âmbito dos Sistema Único de Assistência Social – SUAS,
379 parâmetros para a Oferta Regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento
380 Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e do Serviço de Acolhimento para
381 Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, e critérios de elegibilidade
382 e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada
383 desses Serviços; **CONSIDERANDO**, o Ofício nº 14/2022/SDS/DIAS/CIB de 19 de
384 setembro de 2022 que envia ao CEAS a Resolução CIB nº 04 de 19 de agosto de
385 2022 que resolve pactuar o Plano de Oferta Regionalizada dos Serviços de

386 Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS em SC, tendo no seu
387 anexo o texto do referido Plano; **CONSIDERANDO**, a Resoluções CEAS/SC nº 26,
388 de 30 de junho de 2014 que Aprova “ad referendum” o Termo de Aceite que formaliza
389 responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite do cofinanciamento federal
390 para oferta do Serviço de proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
391 – PAEFI nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
392 Regional ou Municipal com regionalização do cofinanciamento, e demais compromissos
393 decorrentes; o Termo de Aceite que formaliza responsabilidades e compromissos
394 decorrentes do aceite do cofinanciamento federal para oferta regionalizada do Serviço
395 de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, e
396 demais compromissos decorrentes e o Termo de Aceite que formaliza
397 responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite da expansão qualificada do
398 cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para
399 Adultos e Famílias, serviço de proteção social de alta complexidade, e demais
400 compromissos decorrentes; e **CONSIDERANDO**, a Reunião da Comissão de Política
401 de Assistência Social do CEAS realizada no dia 14 de outubro de 2022 que estudou a
402 pauta da Resolução CIB 04 de 2022. **RESOLVE: Art. 1º.** Aprovar a pactuação da
403 Resolução da CIB 04 de 2022 que versa sobre o Plano de Oferta Regionalizada dos
404 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de
405 Assistência Social – SUAS em Santa Catarina, com as seguintes recomendações:
406 I - Garantia de Concurso Público na efetivação do Plano de Regionalização, no
407 entanto, para o Plano Piloto o CEAS aprova a realização do Processo Seletivo para
408 composição dos Recursos Humanos – RH para os Serviços dos CREAS
409 Regionalizados da Região Sul devido a necessidade de efetivação do mesmo em
410 2023; II – Garantia de sequência da execução do Plano de acordo com as regiões
411 ranqueadas no texto apresentado; III – Garantia de Equipe Técnica exclusiva na
412 Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria de Estado
413 do Desenvolvimento Social, para fazer o acompanhamento, orientação,
414 assessoramento e monitoramento dos Serviços Regionalizados; IV – Entrega do Plano
415 de Ação de cada etapa da execução do Plano de Regionalização, assim como a entrega
416 de relatório anual ao CEAS de acordo com o cronograma presente no Plano; V –
417 Apresentar ao CEAS os Termos de Cooperação Técnica firmados entre SDS e
418 Municípios, prevendo as responsabilidades e atribuições de cada ente; VI – Garantia de
419 veículo adaptado de acordo com legislação vigente, para todos os públicos atendidos
420 pelo Serviço. **Art. 2º.** A execução do Plano terá início a partir de 2023, de acordo
421 com a disponibilidade orçamentária e financeira. **Art. 3º.** Esta Resolução entra em
422 vigor a partir da data da sua publicação. Florianópolis (SC), 18 de outubro de 2022.
423 **Norma Suely de Souza Carvalho.** Presidenta do CEAS/SC. SE Patrícia cita os votos -
424 Jairton Fabeni, Alexandre, Luciane, Daniel Paz, Vânia, Norma, Larissa, Lisiane, Irineu,
425 Karen, Judite e Marcio. 12 votos aprovam a Resolução por unanimidade. Reforçamos
426 que a apresentação da gerente Gabriela estará disponível na página do CEAS/SC no
427 site da SDS, juntamente com a Ata aprovada. Pauta II da Comissão de Política - **II.**
428 **Demanda** – Solicitação de atualização do quadro do RH DIAS e estudo de necessidade
429 de recomposição. - FEPAS solicita o estudo atualizado do RH da DIAS – o que existe
430 hoje e qual seria o ideal. Conselheira Norma informa que o FEPAS deliberou em reunião
431 o estudo atualizado do RH da DIAS, o que tem hoje e qual seria o ideal.
432 **Encaminhamento** – enviar ofício à SDS solicitando o estudo do RH da DIAS e CEAS,
433 ideal e provável. Dando sequência SE Patrícia informa os trabalhos da **Comissão de**
434 **Normas** – demanda da Lei Geral da Proteção de Dados, a comissão irá solicitar a
435 gerente da GEPLA um compilado da Lei direcionando ao público ou a matéria do
436 Conselho. Dando sequência SE Patrícia apresenta demandas da - **Comissão de**
437 **Benefícios e Transferência de Renda** - I - Análise da resolução 04/2020 que
438 regulamenta os Benefícios Eventuais com participação da Técnica da Gestão, Amanda.
439 Conselheiro Daniel Ecker explica que tiveram reunião para revisão da Resolução
440 04/2020 com o apoio da Técnica Amanda, onde foi amplamente debatido a exigência

441 de comprovante de residência como comprovante necessário para acesso aos
442 benefícios, sem avanço. Renata se disponibilizou em buscar resoluções sobre o tema,
443 de outros Estados, para fazer um comparativo antes de finalizarmos a nossa Resolução.
444 Daniel Paz reforça que o debate início com a parte do texto que solicitava comprovante
445 de residência para auxílio maternidade e auxílio funeral, no entanto questiona como as
446 pessoas em situação de rua farão essa comprovação. Relata que existe uma dificuldade
447 imensa na busca por um comprovante de residência. Conselheiro Alexandre reforça a
448 fala do conselheiro Daniel Paz, informa que nos municípios se deparam com essas
449 situações também. Daniel Paz também cita o valor dos auxílios discrepante entre um
450 município e outro. Conselheira Norma informa que a Resolução do CEAS tem um limite,
451 que o que podemos citar nela são “recomendações”, cita que é importante os CMAS
452 entenderem que suas Resoluções são importantíssimas e algumas estão causando
453 mais restrições do que abrangências nos direitos dos cidadãos. Mais violam direitos do
454 que garantem direitos. Sugere fazer formação com os conselheiros dos CMAS para que
455 entendam qual o papel deles na elaboração das resoluções municipais. Conselheira
456 Sabrina sugere que haja uma vinculação do Benefício ao CadÚnico. Conselheiro
457 Daniela Ecker lembra que no debate da comissão surgiu a fala de que o beneficiário
458 pegaria o benefício num município e depois em outro, por isso os municípios acabam
459 exigindo o comprovante de residência. Conselheira Norma explica que isso não é
460 possível, pois fica registrado num cadastro. Conselheiro Alexandre entende que é
461 importante o CEAS não deixar que os municípios violem os direitos dos usuários.
462 Conselheira Vania entende que a sugestão do CadÚnico seria uma alternativa, pois é
463 uma referência de dados em todos os equipamentos do SUAS, no entanto, é um
464 problema se alguém não está conseguindo se cadastrar, se alguém está ficando de fora.
465 Entende que é uma importante fonte de informação. Encerrado o relato da comissão
466 com a informação de que seguirão com o estudo da Resolução. Próxima pauta -
467 **Comissão de Acompanhamento aos CMAS - I – Capacitação**; SE Patrícia informa
468 que tem um grupo de pessoas organizando a capacitação entre conselheiros do CEAS,
469 FEPAS e UFSC, a mesma prevê orientação aos CMAS no que se refere a Estrutura e
470 Funcionamento do CMAS, Processo Eleitoral da Sociedade Civil, Inscrições das
471 Entidades e Representação e Representatividade. Os CMAS foram divididos em 2
472 grupos que compreendem aproximadamente 142 Conselhos. Cada um receberá um link
473 de acesso, será necessário que se organizem para assistirem todos os interessados
474 pelo mesmo link. Foi necessário prorrogar a data do primeiro Grupo. Ficando dia 18 e
475 28 de novembro, com a mesma programação para ambos. Sobre o **II – Planejamento**
476 **Capacitações com FEUSUAS 2023**; foi elaborado um primeiro esboço e no dia 25 de
477 outubro terá reunião com representantes do FEUSUAS para debatermos e pensarmos
478 melhor o desenho das capacitações para 2023 e inclusão no Plano de Aplicação do
479 FEAS. Para finalizar o relato **III – Demais demandas da comissão**. SE Patrícia informa
480 que a Comissão analisou e encaminhou demandas de 04 CMAS sendo o principal tema
481 a inscrição de entidade nos CMAS. Dando sequência na pauta - - **Comissão de**
482 **Financiamento. I - Diária dos Conselheiros; II – Prestação de contas FEAS 2º Semestre**
483 **de 2018; III – Prestação de contas FEAS 2º Semestre de 2019; IV – Prestação de contas**
484 **FEAS 2020**. Conselheira Sabrina informa que estavam somente em duas, ela e Norma,
485 desta forma, preferiram deliberar que os Conselheiros façam a leitura das prestações
486 de contas dos anos, que já foi enviado anteriormente, para que na próxima reunião que
487 acontecerá no dia 25 de outubro, façam o início da análise. Solicita que os conselheiros
488 se manifestem no grupo caso não consigam, para haver quórum. Conselheiro Alexandre
489 se manifesta dizendo ter dificuldade em participar das comissões de forma virtual,
490 solicita que nas reuniões da Comissão de Financiamento ele possa se fazer presente.
491 SE Patrícia sugere que as reuniões dessa comissão aconteçam no dia anterior a
492 plenária, pois assim, solicitaremos diária e compra de passagem para os dois dias de
493 reunião, otimizando a vinda do Conselheiro Alexandre até Florianópolis. Conselheiro
494 entende que as reuniões presenciais são mais produtivas, pois o foco fica maior na
495 demanda. De forma virtual existe a oscilação da internet e muitas coisas acabam tirando

496 a concentração no assunto. Conselheiro Fabeni concorda com o Conselheiro Alexandre
497 sobre as reuniões presenciais, disse que o ideal é que alguém faça a leitura de todo o
498 processo para ele. **Encaminhamento:** conciliar as reuniões que o Conselheiro
499 Alexandre participa para pedir diária e compra de passagem terrestre e imprimir material
500 para leitura. Solicitar diária e compra de passagem para o Conselheiro Fabeni participar
501 presencialmente das reuniões, fazer leitura das pautas. Sobre a pauta da diária dos
502 Conselheiros, Conselheiro Alexandre informa que tem ocorrido problemas com o
503 pagamento da sua diária, pede que os responsáveis cumpram com os prazos. Pede que
504 façam o pagamento com antecedência, pois precisa do valor para vir pra reunião. A
505 impressão que dá é que tem preconceito com os usuários, por isso tem poucos
506 representantes no Conselho. Outra questão é a passagem terrestre, pra estar na
507 reuniões o Conselheiro paga a passagem de São Francisco do Sul até Joinville, pois a
508 SDS não tem esse trecho, depois reembolsam, mas nem sempre tem esse dinheiro em
509 mãos. No retorno, quando chega em Joinville não tem mais ônibus disponível para São
510 Francisco do Sul, causando transtornos, pois não consegue comprovar o horário que
511 chega em casa para prestar contas à Secretaria. SE Patrícia explica os procedimentos
512 de solicitação de diária e compra de passagem. **Encaminhamento: Enviar ofício ao**
513 **gabinete solicitando diária e carro para os conselheiros Alexandre e Fabeni**
514 **fixando os dias da comissão próximo a plenária para otimizar a viagem.** Na
515 sequência da plenária - **7. Plano do Capacita SUAS.** Apresentar status do Capacita
516 SUAS. Conselheira Norma explica que é necessário que a SDS apresente o status do
517 CapacitaSUAS – **Encaminhamento** – Enviar ofício à Secretaria solicitando as
518 informações necessárias para entendermos o status atual da execução do
519 CapacitaSUAS assim como o recurso disponível. Próximo item - **8. Relato dos**
520 **Conselheiros que acompanharam a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS;**
521 **Rosângela fará o relato na plenária de novembro.** Seguindo - **9. Relato da Secretaria**
522 **Executiva que participaram da Capacitação para Secretárias/os Executivas/os de CEAS**
523 **promovida pelo FONACEAS;** SE Patrícia informa que na segunda-feira dia 10 de
524 outubro aconteceu reunião virtual das Secretárias e dos Secretários Executivas/os dos
525 CEASs promovido pelo FONACEAS. Foi um momento de troca de experiências e
526 debates sobre as demandas dos profissionais que estão no cargo. Muitos relataram a
527 dificuldade que os Conselhos estão tendo com a presença dos Conselheiros nas
528 reuniões, ausência de equipe compostas nas Secretarias Executivas dos Conselhos,
529 irão solicitar uma descrição maior das atribuições do cargo no Regimento Interno do
530 FONACEAS. Informa que terão mais encontros como esse futuramente. Dando
531 sequência - **10. Informes: I - Contribuição de temas e metodologia para a conferência**
532 **2023 –** Conselheira Norma informa que repassou ao CNAS, por meio de *google forms*
533 as contribuições do Estado para temas e metodologia da Conferência de 2023. Por
534 último - **II - FEPAS vai agendar reunião com o MP para acompanhamento da denúncia.**
535 Conselheira Norma informa que o FEPAS solicitou reunião com MP para acompanhar
536 o andamento e os encaminhamentos da denúncia realizada no primeiro semestre e
537 trarão o resultado da mesma para a plenária do CEAS. Conselheira Norma agradece as
538 manifestações e reforça a participação nas Comissões do CEAS/SC. Após desejo de
539 boa semana Presidente Norma Suely agradece a participação e contribuições de
540 todos(as) e encerra a presente reunião Plenária Ordinária do CEAS/SC de 18 de outubro
541 de 2022. Reforçamos que a gravação da íntegra da planária está disponível no seguinte
542 link: <https://www.youtube.com/watch?v=4BFJqixYT8s> . Eu Patrícia Gasparetto da Silva
543 lavrei a presente ata que foi revisada e aprovada pelo 1ª Secretária do CEAS
544 Conselheira Vania Maria Machado.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **34DZ10OG**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO (CPF: 473.XXX.406-XX) em 26/01/2023 às 14:23:54

Emitido por: "AC DIGITALSIGN RFB G2", emitido em 28/10/2022 - 12:33:40 e válido até 28/10/2023 - 12:33:40.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0RTXzcwMDRfMDAwMDI5NjZfMjk2N18yMDIyXzM0RFoxME9H> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SDS 00002966/2022** e o código **34DZ10OG** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.